

Revista do Arquivo Público Mineiro	Estante Antiga		Revista do Arquivo Público Mineiro	171
Thais Nivia de Lima e Fonseca	Um mestre na capitania		Requerimento, datado de 1803, do mestre de gramática latina, padre Manoel da Paixão e Paiva, pleiteando sua efetivação no cargo, traz revelações sobre o <i>status</i> de professor na Capitania de Minas Gerais e sugere uma reflexão sobre o uso de documentos históricos em salas de aula.	





A historiografia contemporânea tem dado especial relevo aos personagens. Não no sentido em que neles se pensava há tempos, como os “grandes vultos”, homens singulares que teriam os destinos de povos inteiros em suas mãos. Da história “vista de baixo”, muitas vezes entendida como a revanche dos dominados, quando apresentados como os “verdadeiros” protagonistas, avançamos para entender o movimento histórico como integrado pela diversidade de grupos e de indivíduos, pelas relações entre eles, conflituosas ou não, mais próximos ou mais afastados das esferas de poder.

A aproximação com as vidas desses indivíduos tem constituído importantes campos da historiografia, como a micro-história e a biografia – revisitada como gênero de narrativa histórica –, podendo também ser, algumas vezes, um instrumento para responder a problemas mais amplos. Homens e mulheres, em variadas condições de existência, em contextos culturais distintos, praticantes de atividades as mais diversas, tornam-se alvos privilegiados dos historiadores, e suas histórias particulares vão sendo conectadas a contextos mais amplos de suas épocas.¹

Entre tantos personagens ou “sujeitos históricos”, há um grupo ainda pouco considerado pelos historiadores que, curiosamente, em sua maior parte, também exercem a mesma profissão que eles tiveram no passado: os professores. Há historiadores da educação que os têm como objeto de investigação, em geral concentrada em tempos mais recentes, principalmente o século XX. No Brasil, os professores de tempos mais remotos são praticamente desconhecidos, tanto em relação a sua atividade profissional quanto às suas vidas cotidianas, suas relações com seus alunos, com seus vizinhos, com seus empregadores ou superiores.²

É sobre um professor o documento que trago neste artigo. Documento que revela algumas dessas dimensões da vida de um “personagem” e que instiga a procura de

outras questões para além dele mesmo como indivíduo, e que constituem o fundamento da problematização em história. A exploração desse documento apresenta-se também como ponto de partida para a reflexão sobre o uso de documentos na sala de aula, no ensino de história nos níveis fundamental e médio.

Professores régios

O documento em foco é um requerimento à Junta da Diretoria Geral dos Estudos, sediada na Universidade de Coimbra, feito pelo padre Manoel da Paixão e Paiva, em 1803. Nascido em São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes, exercia nessa mesma vila suas funções eclesiásticas, ao mesmo tempo em que atuava, por algum tempo, como uma espécie de auxiliar junto ao mestre régio de gramática latina da vila, o também padre Marçal da Cunha e Mattos. Em virtude dos problemas de saúde deste último, passou a substituí-lo na cadeira, até que o antigo titular transferiu-se para o Rio de Janeiro para tratar da saúde e acabou por lá ficando e assumindo o cargo de cônego da Sé. Depois de dois anos como substituto, decidiu o padre Manoel requerer à Junta da Diretoria Geral dos Estudos que o efetivasse na cadeira. Essa era uma situação muito comum, e há inúmeros registros desses pedidos, tanto das licenças requeridas pelos professores, diante de situações variadas, quanto dos pedidos de seus substitutos, que se consideravam merecedores de algum progresso na carreira por meio da efetivação.

A existência dos professores régios foi possibilitada pela reforma levada a efeito no reinado de D. José I pelo marquês de Pombal. Em suas duas etapas fundamentais, a reforma atingiu o controle até então exercido pelos jesuítas sobre a educação em Portugal e em seus domínios, abrangendo desde a instrução elementar – o ensino das primeiras letras – até a importante reforma da Universidade de Coimbra.

Na primeira etapa, realizada em 1759, as atenções voltaram-se para a eliminação do controle da Companhia de Jesus sobre a educação, por meio de sua expulsão de todos os territórios portugueses, com o fechamento de suas escolas, a proibição do uso de seus métodos e materiais de ensino e a conseqüente definição de outros métodos e materiais, e pela criação das aulas régias, gratuitas, de gramática latina, grego e retórica. Na segunda etapa, em 1772, com uma reforma mais completa dos estudos menores, criaram-se as aulas régias de ler, escrever e contar. Todas essas aulas eram pertencentes ao Estado, devendo portanto ser gratuitas, e sua manutenção – materiais e salários dos professores – vinha do imposto especialmente criado para esse fim, o subsídio literário.

Os professores eram admitidos mediante concurso, que os habilitava a receber provisão e nomeação para a cadeira que iriam ocupar. Os professores particulares podiam continuar a exercer o magistério, mas tinham de obter licença própria, sem a qual sua atividade seria considerada irregular. A administração do sistema foi entregue à Diretoria Geral dos Estudos, criada ainda em 1759. Com a criação da Real Mesa Censória, em 1768, esta passou a gerir o ensino até sua substituição pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, em 1787. No Brasil a administração local das aulas régias ficou a cargo dos governadores das capitanias e dos ouvidores das comarcas, os professores deviam ter registro nas câmaras, e o subsídio literário seria arrecadado e gerenciado pelas Juntas de Fazenda das capitanias. No final do século XVIII, no reinado de D. Maria I, foram criadas as aulas régias para meninas.

O número de professores régios no Brasil parece ter sido expressivo, a julgar pelos números verificados na documentação das Juntas da Fazenda, registros de exames, cartas de provisão e outros documentos. Na Capitania de Minas Gerais, por exemplo, entre 1774 e 1833, temos um registro parcial de 241 professores

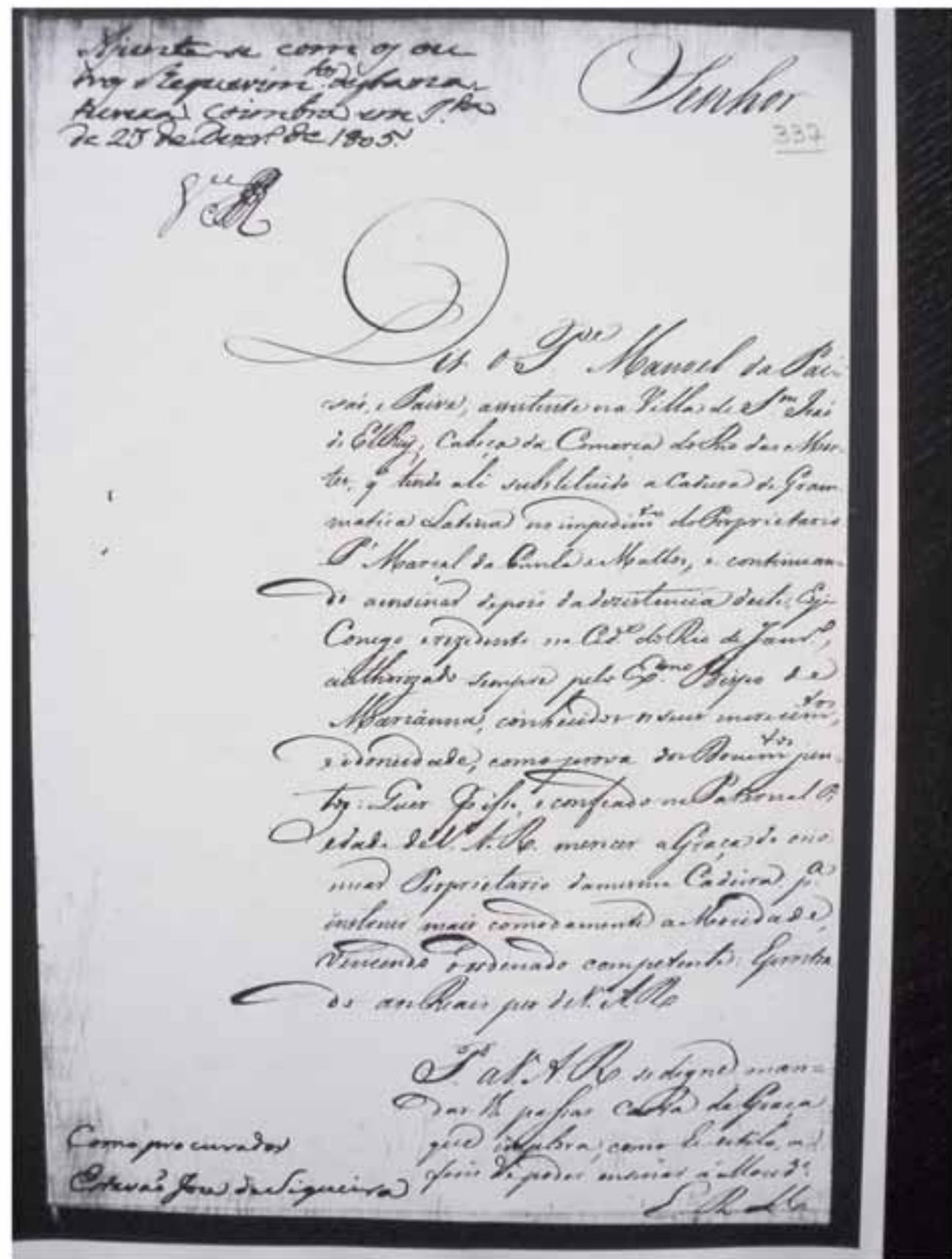
régios inscritos nas listas de pagamento dos salários³. Isso não significa, entretanto, que estivessem todos a exercer seus cargos, embora de sua comprovação dependesse o pagamento dos ordenados – aliás invariavelmente atrasados em meses, às vezes em anos. Aliado ao baixo valor dos salários⁴, esse problema certamente afastava muitos possíveis aspirantes ao magistério e, mais que isso, desestimulava a permanência no serviço.

A quantidade de substitutos era bastante elevada, não raro pagos pelos próprios titulares, que ficavam anos afastados. É de se imaginar que preferiam liberar-se para exercer outras atividades, ou mesmo para ministrar aulas particulares, proibidas aos professores régios concursados. Ainda assim, para muitos, o cargo apetecia como segunda fonte de renda, embora legalmente não o pudessem praticar. Por isso, depois de algum tempo, muitos desses substitutos acabavam por solicitar sua nomeação definitiva e o recebimento da Carta de Propriedade da cadeira, como foi o caso do padre Manoel da Paixão e Paiva, de São João del-Rei.

O procedimento era, em geral, o mesmo nesses casos: o requerente apresentava, junto à sua petição, documentos comprobatórios do exercício do magistério, que podiam tanto emanar do órgão responsável pelo controle da atividade – no caso o Senado da Câmara da Vila – como serem declarações de caráter privado, feitas por pessoas do seu círculo de relações, reconhecidas na comunidade, e que apresentavam competência para atestar as qualidades do requerente. Esses documentos são interessantes testemunhos não apenas do funcionamento do sistema das aulas régias no que diz respeito ao corpo docente, mas também quanto às relações que os indivíduos estabeleciam entre si e quanto àquilo que desejavam fosse tornado do conhecimento de todos sobre sua vida e suas atividades profissionais.

Provimento

Requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para a cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei. Microfilme/Fundo Ministério do Reino. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa), ms 3518, 1803/1805.



A Câmara da Vila de São João del-Rei confirmava que o padre Manoel da Paixão cumpria diligentemente as obrigações como substituto na cadeira de gramática latina havia já três anos, desde o afastamento do professor régio padre Marçal da Cunha e Mattos – que afinal se demitira –, mas não havia ainda obtido o privilégio do provimento. Além do relatório administrativo, o atestado da Câmara mencionava também as necessidades materiais do substituto, de quem dependia uma numerosa família e que o fazia necessitar do ordenado de professor régio.

Padre Manoel da Paixão apresentou ainda uma declaração dada pelo capitão-mor da Vila de São João del-Rei, o bacharel em matemática Luis Fortes de Bustamante e Sá, na qual este expressava suas preocupações com a continuidade dos estudos da mocidade da vila, especialmente de seus filhos, e defendia a nomeação do padre Manoel da Paixão, expondo suas qualidades de digno substituto do antigo professor. Entre essas qualidades não constavam apenas seus predicados pessoais, “seus bons costumes” e seus conhecimentos, “por saber maravilhosamente a língua latina”, mas sobretudo o fato de não ter feito mudanças no método de ensino utilizado por seu antecessor, sacerdote e mestre respeitado na vila, continuando a seguir “a sua mesma escola”.

As vantagens do método são elencadas pelo capitão-mor, pois fazia avançar mais rapidamente os estudos e dotava os estudantes das principais habilidades para “facilitar a percepção da gramática latina, e conhecer o gosto, e a frase da nossa língua”, fazendo-os “aprender para a entender, a escrever com discernimento, crítica e elegância”. Suas impressões sobre o postulante à cadeira seriam, segundo ele, corroboradas pelo bispo de Mariana, pelo governador, pelo pároco e por outros sacerdotes por ele consultados.

A ênfase dada pelo capitão-mor na manutenção do método de ensino serviria também para fortalecer as boas impressões sobre o professor, pois desde a reforma de 1759 houve evidente preocupação das autoridades com a permanência das práticas educativas dos jesuítas, às vezes observadas pelo desconhecimento da nova lei, mas muitas outras pelas convicções dos próprios professores e também dos pais dos alunos, fiéis aos princípios que norteavam a educação jesuítica ou temerosos de que o ensino público fosse excessivamente laico.

O documento na sala de aula

A preocupação com o uso do documento na sala de aula esteve, por muito tempo, relacionada a uma herança metodológica da escola metódica, atenta ao documento como prova e guardião da verdade dos fatos. Por isso, quase sempre, a justificativa para o seu uso estava na função ilustrativa e comprobatória que ele seria capaz de exercer. Já em 1935, Jonathas Serrano, no livro *Como se ensina história*, alertava para a necessidade de se estimular os alunos à pesquisa em arquivos e bibliotecas com a finalidade de adestrá-los “na crítica imparcial, sem cujo emprego não existe verdadeira história”⁵. Em sua opinião, o espírito de crítica, mais apropriado para o ensino secundário, deveria ser desenvolvido pelo “cotejo dos manuais”, “pela consulta a obras de tomo e a fontes propriamente ditas”⁶.

Em perspectiva semelhante, foi publicado, na década de 1960,⁷ *História documental do Brasil*, de Therezinha de Castro, coletânea de documentos destinada a motivar os alunos para a leitura de “documentos autênticos que caracterizem episódios importantes da história” e que pudessem despertar o “coeficiente emocional [...] para tornar a história mais humana”⁸. A autora, professora do Colégio Pedro II, do Rio de

Janeiro, preocupava-se com um exercício metodológico – de caráter didático – que marcou profundamente o ensino de história no Brasil.

Os documentos, principalmente os escritos e os iconográficos, apareciam como meras ilustrações confirmadoras do conteúdo presente nos textos dos manuais. Esse era o momento em que o máximo de esforço intelectual exigido do aluno consistia em reproduzir informações de aspectos considerados mais significativos do processo histórico e em elaborar esquemas, fichas e relatórios, conforme orientações dadas pelos programas curriculares da época.

Uma experiência inovadora quanto à utilização das fontes no ensino de história foi obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que, entre 1971 e 1980, coordenou a publicação de uma coleção didática para o então ensino de primeiro grau, em cujos volumes – de história geral e do Brasil – apareciam, em destaque, documentos selecionados em função dos problemas discutidos nos capítulos. Não era ainda um procedimento próximo do tratamento dado pelos historiadores às suas fontes, adaptado ao então ensino de primeiro grau e aos livros didáticos, mas, ao propor o confronto entre documentos, avançava em relação às iniciativas anteriores.

Fora do âmbito dos livros didáticos, as experiências caminhavam no sentido de se trabalhar com “textos complementares” retirados de outros livros, adaptados ou até mesmo produzidos pelos próprios professores, textos de jornais e de revistas, pouca iconografia, mas todos, muito raramente, sob tratamento metodológico que os considerasse documentos para o trabalho do historiador, e muito mais como material de apoio didático. Daí em diante as propostas de mudanças no ensino de história, oficiais ou não, passaram a dar ênfase ao trabalho com os documentos, ampliando sua definição e tipologia, procurando a incorporação das proble-

máticas da historiografia contemporânea.

Para muitos, ainda permanece a pergunta: para que e como usar o documento na sala de aula? As muitas tentativas de mudanças do perfil do ensino de história passaram a buscar uma maior sintonia com a produção historiográfica mais recente e com suas reflexões teóricas. Assim, a partir dos anos 1980, o ensino foi “invadido” pelos temas e pelos problemas da historiografia, levando-o a incorporar, também, a discussão sobre o uso dos documentos na sala de aula. Se falamos de uma preocupação, acentuada contemporaneamente, com as fontes, isso se explica pelo papel hoje representado por estas no trabalho do historiador. Para os tradicionais, tratava-se de encarar o documento como a prova irrefutável do fato acontecido, e para os estudantes das escolas primárias e secundárias ele tinha sua importância como elemento demonstrativo ou ilustrativo. Para nós, trata-se da utilização do documento, no processo de construção do conhecimento histórico, como uma produção sociocultural historicamente situada, expressão das experiências e necessidades de um tempo. Além disso, o conceito foi significativamente ampliado, incluindo-se, junto às fontes escritas, as iconográficas de toda espécie, as da cultura material, as orais, os monumentos etc. Valorizá-las no ensino de história pressupõe uma prática que se fundamente também num processo de construção coletiva, e não de pura transmissão de um conhecimento já pronto e acabado. Essa pode ser uma chave possível para o uso do documento na sala de aula, e que serve à reflexão proposta a partir do documento apresentado neste artigo.

Afastado radicalmente da perspectiva comprobatória, o documento é, para o historiador, uma janela para seu objeto de estudo, não raro apresentando-se a ele de forma fragmentada, parcial, eivado de intenções, marcado por contradições. E usado pelo professor de história na sala de aula tem, é claro, as mesmas caracterís-

ticas. A realização de um trabalho que se fundamente no uso dos documentos, em seu sentido mais amplo, exige, evidentemente, a utilização de instrumentos metodológicos que fundamentem a compreensão da história como conhecimento construído.

Dos tradicionais documentos escritos, aos menos trabalhados no ensino fundamental, como os da cultura material, todos constituem vestígios, fragmentos de experiências, de vivências, de crenças, de valores, de lutas pela sobrevivência. A adoção de procedimentos de investigação no ensino de história exige, portanto, o uso de um leque ampliado, que permita ao professor proceder, por exemplo, à leitura e análise de documentos escritos na sala de aula, ao mesmo tempo em que realiza uma “pesquisa de campo” numa visita ao museu, onde os documentos da vida material se juntam ao esforço de construção do conhecimento histórico sobre determinada dimensão da vida de uma sociedade.

O estímulo ao uso do documento na sala de aula não significa, no entanto, reproduzir, nos ensinamentos fundamental e médio, as condições e objetivos da pesquisa acadêmica. Mas não impede que procedimentos da mesma natureza sejam usados. E nada melhor que começar pelos mais convencionais na tradição historiográfica, os documentos escritos, tanto os impressos quanto os manuscritos. A própria materialidade do documento já é tema de grande interesse para o estudo em sala de aula, envolvendo jovens que, como já disse Eric Hobsbawm, “crescem numa espécie de presente contínuo”⁹. Conhecer formas de registro da vida pública e privada, feitas em outras épocas, sem o uso das tecnologias contemporâneas, também é uma maneira de desenvolver a relação com o tempo, entre o passado e o presente, e o uso do documento na sala de aula é um importante instrumento para esse trabalho.

Um tipo exemplar

O requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva começa por apresentar ao professor e ao estudante a forma ainda predominante de comunicação escrita no Brasil no início do século XIX, isto é, o documento manuscrito. Muito embora a imprensa já tivesse sido inventada há séculos, a maior parte do registro escrito oficial e das comunicações interinstitucionais e interpessoais se fazia por meio do manuscrito, forma cada vez mais rara em nossos dias. Nem sempre o professor de história terá um documento original à sua disposição para utilizar na sala de aula, mas hoje é possível ter acesso a muitos deles, digitalizados, na Internet, o que facilita a visualização, por parte dos alunos, da sua materialidade: a caligrafia, a ortografia, a linguagem.

O documento mencionado indica alguns termos em que se fundavam as relações hierárquicas e de poder na sociedade daquela época, por exemplo, ao serem utilizadas as expressões “Paternal Piedade de V. A. R.” ou “prostrado aos Reais pés de V. A. R.”. É interessante fazer observar o uso das letras maiúsculas nas palavras que adjetivam as ações ou o perfil do soberano, aspecto recorrente na documentação relativa ao Antigo Regime.

No atestado emitido pela Câmara da Vila de São João del-Rei podem ser vislumbrados elementos importantes sobre os atributos então exigidos de um professor, quando mais ao se postular uma nomeação definitiva como professor régio. Alguns desses elementos constituem parte das qualidades desejáveis para um bom súdito e um bom cristão, que nessa época acabavam por ser uma só, considerando-se que ainda vigoravam no mundo luso-brasileiro a ligação entre o Estado e a Igreja e a concepção do rei como primeiro protetor da religião. Assim, não bastavam aos professores o conhecimento da matéria que deveriam ensinar, mas terem comportamento regrado e aprovado pela comunidade, sobretudo quando se tratava de sacerdotes. O professor

de história, ao usar um documento dessa natureza, tem ótima oportunidade de explorar aspectos como aquelas relações entre o Estado e a Igreja, as normas de comportamento social conforme as concepções da época, seus mecanismos de controle e as transgressões a elas, as formas de viver e de pensar.

Os vereadores da Câmara de São João del-Rei procuraram reforçar a legitimidade do pedido do padre Manoel da Paixão expondo sua difícil situação material, por ser, segundo o documento, o sustento único de vários parentes: a mãe viúva, uma irmã maior, um irmão cego, uma cunhada viúva e paralítica, duas sobrinhas menores e mais sobrinhos. O que significava naqueles tempos uma família tão numerosa, com tantos indivíduos sem condição de trabalho? Haveria a possibilidade de essas mulheres exercerem alguma atividade que ajudasse o sustento da família, como era comum, seja a costura ou os bordados, por exemplo? O documento não menciona nenhum escravo. Haveria algum? Essas questões podem remeter o professor de história para a abordagem de inúmeros aspectos da vida cotidiana dos núcleos urbanos do Brasil nos séculos XVIII e XIX, especialmente na região das Minas Gerais, considerando os distintos grupos sociais; os homens e as mulheres; o cotidiano das crianças; os escravos; os libertos; as atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas ao sustento das populações de poucas posses.

A declaração do capitão-mor da Vila de São João del-Rei, Luis Fortes de Bustamante e Sá, pode encaminhar o professor de história a outro campo a explorar, pois indica claramente o universo da educação das elites e alguns dos seus valores. O capitão-mor demonstra conhecimento dos processos pedagógicos ao descrever em detalhes os procedimentos adotados pelo antigo professor e sua satisfação ao constatar que o seu substituto havia mantido os métodos de ensino, garantindo a continuidade do tipo de educação que os “Paes de Famílias” da vila desejavam para seus filhos. Tal qua-

dro torna-se ainda mais claro quando se considera que o estudo da gramática latina estava reservado a poucos, preferencialmente aos que pretendessem seguir seus estudos no nível universitário ou seguir a carreira eclesiástica.

Essas reservas estavam claras desde a reforma de 1759 e foram explicitadas na lei de 1772 que reorganizou os estudos menores, segundo a qual “sendo igualmente certo que nem todos os indivíduos destes Reinos, e seus Domínios, se hão de educar com o destino dos Estudos Maiores, porque deles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas Artes Fabris [...], bastará a uns, que se contenham nos exercícios de ler, escrever e contar; e outros, que se reduzam a precisa instrução da Língua Latina, de sorte, que somente se fará necessário habilitar-se para a Filologia o menor número de outros mancebos, que aspiram as aplicações daquelas Faculdades Acadêmicas, que fazem figurar os Homens nos Estados [...]”¹⁰. Ainda assim, o estudo da gramática latina poderia permitir a indivíduos não pertencentes às elites a ascensão a algum emprego mais proveitoso, seja na administração pública ou nos órgãos de Justiça, seja junto a particulares.¹¹

O documento revela ainda outra situação interessante ao estudo da história nas escolas fundamental e média, similar ao que foi referido no início deste artigo, quanto à relação das jovens gerações com o tempo histórico. Para muitos, a imagem da escola é a que temos hoje, e dentro da própria escola contemporânea pensa-se pouco ou nada sobre suas dimensões no passado. Ao descrever os procedimentos pedagógicos do antigo professor de gramática latina da Vila de São João del-Rei, o capitão-mor Luís Fortes de Bustamante e Sá fornece algumas pistas para a análise: tão bom era o professor Marçal da Cunha e Mattos que “vendo-se obrigado a aceitar alguns [alunos] que não eram peritos em ler, marcava-lhes as horas, fora da

lição da aula, e elle mesmo os aperfeiçoava no ler, escrever, contar, e depois de bem peritos, no que era bastante importante os admittia para a aula [...] instruindo primeiro na Gramática Portuguesa [...] e logo que elles sabião todos os preliminares na Gramática, e da Regência os passava para o latim”.

Ora, como entravam esses alunos numa aula de gramática latina sem o conhecimento básico da leitura e da escrita? O estranhamento quanto a essa situação parte de nossa percepção, já muito arraigada, sobre a escola seriada e hierarquizada quanto aos conhecimentos nela aprendidos, que implica uma escala de progressão. A escola do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX não era assim. A hierarquização era antes social do que dos saberes. Não havia rigor na definição de idades nem de competências para o ingresso numa aula. Sim, aula, porque a escola como instituição tal como a conhecemos hoje, compreendendo uma unidade física e uma ordem administrativa, ainda não havia se consolidado. Cada aula – de gramática latina, de retórica, de primeiras letras – era uma “escola” em si, e geralmente sediada na casa do próprio professor, ou em algum espaço alugado ou mesmo cedido a ele. Os alunos eram diversos em idades e em níveis de conhecimento e os objetivos da escola parecem muito distantes daqueles que movem a sociedade contemporânea.

Valor pedagógico

Nos últimos anos a discussão sobre o ensino de história avançou consideravelmente em vários de seus aspectos e, no tocante ao trabalho com os documentos, ela esbarra em algumas questões importantes para nossa reflexão. Um trabalho que não sucumba a uma prática arraigada, de entendimento do documento na sala de aula como ilustração do conteúdo ensinado, requer a

atuação de um professor com boa formação em pesquisa, que tenha mínima familiaridade com as fontes, que conheça sua diversidade e suas múltiplas possibilidades no âmbito da pesquisa histórica, que compreenda as diversas formas de utilização dos documentos em seus fundamentos historiográficos.

A maioria dos professores e pesquisadores em ensino de história, ao indicar documentos para o trabalho em sala de aula, aponta aqueles que aparecem com mais frequência na pesquisa histórica, como as fontes escritas e as iconográficas de natureza diversa, e outras que muitas vezes têm seu tratamento confundido, na verdade, com recursos didáticos ou com as chamadas “novas linguagens”, como filmes e documentários, música, histórias em quadrinhos, entrevistas. Em outros casos, as propostas são apresentadas com a atenção concentrada não nos documentos em si, mas nas instituições que as guardam, como arquivos, museus, bibliotecas. De toda forma, mesmo com algumas confusões quanto à distinção entre *documento* e *recurso didático*, a maior parte das propostas está voltada para a reflexão crítica e a tentativa de produção do conhecimento nos ensinos fundamental e médio.

E pensando sobre a sala de aula, é importante lembrar que a maioria das propostas de trabalho com os documentos considera sua realização nesse espaço consagrado no universo escolar. Os documentos escritos devem ser para lá levados pelo professor, adaptados ou não, bem como os documentos iconográficos, audiovisuais, dentre outros. Há ainda aqui uma noção do trabalho disciplinarizado pelo espaço escolar, pela sala de aula, que acaba, de certa forma, restringindo, ainda, a noção de documento. Se o trabalho em sala de aula é importante, a discussão sobre os documentos no ensino de história deve transpô-la, levando professores e estudantes para as praças, as ruas, os museus, os arquivos, as bibliotecas, os parques. Nesses lugares estão outros documentos, como os monumentos, em toda a

sua diversidade (estátuas, palácios, igrejas, placas de ruas, placas comemorativas, fontes e chafarizes), a produção artística, a cultura material, aspectos da vida cotidiana, entre outras dimensões possíveis para a investigação e a reflexão históricas.

Quando se trata de apresentar uma reflexão teórica e propostas sobre algum aspecto do ensino de história, em geral, cuidamos de sistematizar suas principais características, seu surgimento e desenvolvimento na história da disciplina, os movimentos de inovação e as sugestões de experiências. Pouco espaço é reservado para o olhar sobre os professores, os alunos e a sala de aula, em sua dimensão concreta. Ao fazê-lo, deparamo-nos com situações que, se não contrariam, colocam dificuldades a nossas reflexões, não raro idealizadoras, sobre o ensino dessa disciplina, como as já conhecidíssimas condições materiais de trabalho, por exemplo.

Não basta, portanto, olhar para o universo mais privilegiado dos grandes centros urbanos ou de localidades que vivem sob influência de alguma grande instituição de ensino de qualquer nível. Se mesmo neles o quadro é plural, que dizer da situação encontrada em pequenas localidades a centenas de quilômetros de uma cidade de porte médio, distante de livrarias, cinemas, faculdades ou universidades, museus, arquivos, bibliotecas? Por isso, é necessário refletir sobre as formas possíveis de desenvolvimento do trabalho com o ensino de história, enquanto não são conquistadas melhores condições de formação e de exercício profissional.

Quanto aos que se dedicam à formação dos futuros professores nos cursos de graduação em história, é necessário jamais perder de vista a íntima relação entre o ensino e a pesquisa, em suas mais diversas dimensões: a relação entre a produção acadêmica do conhecimento histórico e sua

discussão e efetivação na graduação; a relação entre esse conhecimento e os ensinoss fundamental e médio; a relação entre o ensino de história na escola fundamental e a prática de procedimentos de pesquisa e de produção do conhecimento nessa escola. Se não há fórmulas para se “criar” um bom professor ou um bom pesquisador, isolar as práticas do ensino e da pesquisa, desde os cursos de graduação, é comprometer a formação tanto de um quanto de outro. Mesmo aquele que optar por jamais entrar numa sala de aula de 5ª série do ensino fundamental, se seguir a carreira acadêmica acabará diante da tarefa de formar aqueles que um dia o farão.

Talvez devamos lembrar com mais frequência as motivações que nos levam a nos dedicar ao estudo da história, da satisfação que temos em “vivê-la”, e de como seria lamentável negar tudo isso às crianças e aos jovens, apartando da formação acadêmica a preocupação com o ensino e deixando-o à mercê da mera transmissão de saberes. Lembremo-nos de Fernand Braudel, para quem “a viagem que é sua lição [da história] não deverá conduzir a terras mortas. É uma forma de incursão na vida passada em toda a sua ebulição. O adolescente que nos ouve tem a tendência de preferir o presente a este passado de idéias abstratas. Faça-os viver na realidade da história, entre as coisas concretas”¹². Talvez nada melhor que o documento para fazê-lo entrar nessa realidade.

Notas |

1. Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
2. Sobre o tema ver: ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. As escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997; e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia Historia*, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, jun. 2006.
3. FONTE: Arquivo Público Mineiro. Fundo Casa dos Contos CC-1290-041-E3. O subsídio literário foi extinto em 1834.

4. O ordenado de um professor régio variava de 80 mil a 460 mil réis anuais, dependendo do seu nível (se substituto ou titular) e da sua Cadeira (Primeiras Letras ou Latim, por exemplo).

5. SERRANO, Jonathas. *Como se ensina a História*. São Paulo: Proprietária, 1935. p. 64.

6. *Ibidem*, p. 148.

7. Não consta a data de publicação, mas o prefácio é datado de 1968.

8. CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [s.d.]. p. 10.

9. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

10. *Lei por que V. M. é servido ocoer aos funestos estragos das Escolas Menores; fundando-as de novo; e multiplicando-as nos seus Reinos, e todos seus Domínios. 6 de Novembro de 1772*. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa)/Ministério do Reino – Lv 359-A (MF 1305). A legislação também pode ser encontrada em <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>.

11. Sobre essa questão ver: FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na Capitania de Minas Gerais, das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). In: IV CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES: DO ABSOLUTISMO AO LIBERALISMO. Atas... Câmara Municipal de Guimarães, Portugal, 2006.

12. BRAUDEL, Fernand. La pédagogie de l'Histoire. In: _____. *L'Histoire au quotidien. Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Éditions de Fallois, 2001. p. 123.

Requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei*

Thais Nivia de Lima e Fonseca é professora adjunta de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma instituição. É autora de *Logo História e Ensino de História de São João del-Rei, Cadeira da Câmara do Rio das Mortes, que tendo ali substituído a Cadeira de Gramática Latina, história e ensino de História e imagens no ensino de História* (Autêntica, 2004), organizadora dos livros *História e Historiografia da Educação no Brasil* (Autêntica, 2003) e *Gramática Latina e História no ensino de História e imagens no ensino de História* (Autêntica, 2001), além de ter capítulos publicados em diversas coletâneas e artigos em periódicos. Depois da desistência deste, hoje Cônego e residente na

Cidade do Rio de Janeiro, autorizado sempre pelo Exmo. Bispo de Marianna, conhecidos os seus merecimentos, e idoneidade, como prova dos Documentos juntos: Quer por isto, e confiado na Paternal Piedade de V. A. R. merecer a Graça de o nomear Proprietário da mesma Cadeira, para instruir mais comodamente a Mocidade, vencendo o ordenado competente; é prostrado aos Reais pés de V. A. R. P. a V. A. R. se digne mandar-lhe passar Carta da Graça que implora, como é estilo, a fim de pode ensinar à Mocidade.

Como procurador, Estevão José de Siqueira.

2

O Juiz Presidente Vereadores, e Procurador desta Comarca da Vila de S. João d’El Rey por Eleição de Pelouro na forma da Ley

Attestamos de fazemos certo debaixo de juramento de nossos cargos, que o Pe. Manoel da Paixão e Paiva natural, e morador em S. João d’El Rey em Outubro de 1800 quando S. Exa. Rma. visitou esta Freguizia foi elleito pelo Rdo. Marçal da Cunha e Mattos Professor de Gramática Latina, que então era para seu Substituto pelo impedimento de suas moléstias, pellas quaes se viu obrigado a requerer demissão em Setembro de 1802; que o mesmo Pe. Manoel da Paixão se conservou no ensino da mocidade estes dous annos com muita promptidão, zello, e boa satisfação de todos, e que requerendo logo depois desta desistência ser provido na Cadeira, apenas conseguiu de S. Exa. Rma. despacho para poder ensinar esta lingoa publicamente, em cujo exercício se conserva thé agora com boa e inteira satisfação dos seus deveres, com a sizu-deza, e comportamento, que o distingue no seu estado, e emprego com a inteligência, e erudição, que o tem acreditado logo desde seus annos juvenis, sendo por estes motivos digno de ser provido na mesma Cadeira, e também porque com toda a claridade sustenta a sua May viúva, sua Irmã de mayor idade, um Irmão cego, uma cunhada viúva e paralithica, duas sobrinhas

menores e sobrinhos, que esperão todos da sua piedosa liberalidade os alimentos, que necessitão, sem que elle tenha mais que o fructo de suas Ordens, com as quaes não pode satisfazer tão onerosas pençoens. E por nos ser esta pedida, mandamos passar e sellar. Dada e passada nesta Vila de S. João d'El Rey em Câmara de 24 de Novembro de 1803 e eu Antonio da Costa *Braga Escrivão da Câmara que a subscrevi.*

Manoel Leite de Freitas
João Paulo Carneiro
João Baptista da Silveira
Antonio Jose Teixeira

3 Luis Fortes de Bustamante e Sá, Bacharel formado em Mathematica, Guarda Mor do Rio Preto, e Capitam Mor da Villa de São João d'El Rey e seu Termo.

Atttesto, e juro aos Santos Evangelhos em como sentindo todos nós os Paes de Famílias a perda do Rdo. Pe. Mestre Marçal da Cunha e Mattos por demittir à sua cadeira de Gramática da Villa de S. João de El Rey Cabeça da Comarca do Rio das Mortes, em razão de se mudar para a Cidade do Rio de Janeiro a cuidar da sua saúde, aonde está feito Cônego da Sé presentemente, conhecendo elle a grande razão, e a sinceridade com que lhe rogavam para que não demittisse da dita Cadeira, nos propôs que falta nenhuma fazia, tomando conta do ensino de nossos filhos o Rdo. Pe. Manoel da Paixão e Payva, tanto por saber maravilhosamente a língua latina, como pelos seos bons costumes, e seguir à sua mesma escola. Aquele grande e singular Mestre era revestido de sana consciência, que jamais teve rapaz na sua aula 6 meses que não soubesse latim no fim de 3 a, e vendo-se obrigado a aceitar alguns que não eram peritos em ler, marcava-lhes as horas, fora da lição da aula, e elle mesmo os aperfeiçoava no ler, escrever, contar, e depois de bem peritos, no que era bastante importante os admittia para a aula, seguindo

um Methodo que talvez seja o único, que o praticava, instruindo primeiro na Gramática Portuguesa, fazendo um completo curso da língua pelos nossos escritores Jacinto Freire, e Frei Luis de Souza, e outros, e logo, que elles sabião todos os preliminares na Gramática, e da Regência os passava para o latim, que então o aprendião em menos de 3 anos, vencendo assim dois obstáculos, que só ousou depois de infinitos annos vencer, quaes são o de facilitar a percepção da Gramatica Latina, e conhecer o gosto, e a frase da nossa língua, cada que vai aprender para a entender, a escrever com discernimento, critica e elegância.

O dito Pe. Manoel da Paixão e Payva como seu discípulo há 30 anos, e seu substituto muitos annos, segue em tudo seu systema digno de ser abraçado geralmente, e não só por que o voto daquelle bom e singular Mestre é respeitado de todos nas Minas, mas porque todos nós temos pleno conhecimento do dito Padre, que tem 40 anos de idade, apprendendo gramática há 28 anos e ensinando-a muitos annos, tendo excellentes costumes, e particular estimação de todos, tivemos por grande fortuna acceitar elle a educação dos rapazes que se dedicavão aos estudos naquella Comarca, que tem para sima de cento e vinte mil almas, e para mais comprovar o meu juramento, e não parecer excessivo na minha narração, nascida do ardente desejo que tenho de ver meus filhos aproveitados, ouvi ao Exmo. Sr. Bispo de Marianna, ao Exmo. Sr. Gal. Ao meu Rdo. Parocho, e a muitos Cônegos fazerem-lhe os ellogios, que merece o seu bom comportamento e literatura latina.

Outro sim attesto que a Capitania de Minas Gerais é devida em 4 Comarcas, Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará, e Villa do, digo, e Serro do Frio, e que cada uma dellas tem pouco mais ou menos 120 mil almas, sendo a mais povoada a do Rio das Mortes, cuja cabeça de Comarca é a Villa de S. João d'El Rey.

O referido é verdade e por isto passei esta em Lisboa a 22 de Setembro de 1805.
Luis Fortes de Bustamante e Sá.

Transcrição: Thais Nivia de Lima e Fonseca*

FONTE: [REQUERIMENTO do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei]. Fundo Ministério do Reino. *Arquivos Nacionais da Torre do Tombo* (Lisboa), Mç 3518, 1803/1805.

* Foi respeitada nesta transcrição, a grafia original do documento.